

FRANCISCO ANTÓNIO LIVELE

**NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NAS FACULDADES E ESCOLAS
DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Maputo

2015

FRANCISCO ANTÓNIO LIVELE

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NAS FACULDADES E ESCOLAS DA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Monografia apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Ciência da Informação.

Supervisor:

Prof. Doutor, Manuel Valente Mangué

Maputo

Abril de 2015

Folha de Aprovação

Título: Normalização Bibliográfica nas Faculdades e Escolas da Universidade Eduardo Mondlane.

Autor: Francisco António Livele

Monografia submetida à Comissão Examinadora designada pela Escola de Comunicação e Artes do Curso de Ciência da Informação da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciência da Informação.

Monografia aprovada em Maputo, aos 29 de Abril de 2015.

Aprovado por:

(Prof^a. Doutora Susana Maleane)

Presidente

(Prof. Doutor Adélio Segredo Dias)

Oponente

Prof. Doutor Manuel Valente Mangué

Supervisor

Classificação final de: _____ (valores)

Maputo

Dedicatória

Aos meus pais, António e Angelina por me terem nascido

E tanto, ensinaram-me e ainda continuam a fazê-lo.

Aos meus filhos por me presentarem com momentos alegres e magníficos, e também por serem
motivo de continuar a lutar.

A minha avó (em memória) pela pressão e insistência que fosse a escola e pela contínua
educação positiva.

Agradecimentos

À família Livele (em particular Mayte, Kátia e Thony, filhos) pela paciência em momentos difíceis e de festivos de juntos estarmos, mais que foram obrigados a reconhecerem e a mãe (Graça) a administrá-los. À minha mãe pelas orações incalculáveis. Aos meus pais e familiares, pelos ensinamentos e pelo apoio incondicional. Ao Prof. Doutor Manuel Valente Mangué, pela orientação, dedicada e competente, pela amizade e pelo companheirismo. A dra. Olga, em nome dos docentes do curso de Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes pelas aulas ministradas; aos colegas de carteira: Ph. Evans Humberto Khobo pela pressão de conclusão deste trabalho, Ph. Euclides Daniel Cumbe, pela assistência, Edy, Silasse, Odete e Clementina pelo companheirismo. Através deles, gostaria de estender os meus agradecimentos aos demais colegas já graduados e não do 1º, 2º e 3º Anos deste curso (Ciência da Informação) em Moçambique. Ao Mércio Nguenha, em nome de todos os amigos de infância, Ao então Director da DSD, por ter autorizado a minha licença para a continuação dos estudos e auxiliado na mudança do curso para área específica. A dona Maria, do CECOMA-UEM, pelo auxílio nos encontros com o supervisor. Muito do que poderia ter sido simplesmente comprado, cada um dos amigos deu de si, para que o estudo chegasse a este ponto. A eles agradeço: Joaquim Gumende e Emílio Mondlane. A Dulce e Mery do DCE, pela selecção das monografias; a todos que, de uma ou de outra forma, deram o seu apoio para não se sentirem excluídos muito obrigado. Principalmente ao Pai Celestial.

Epígrafe

“[...] O que é aparentemente técnico, na realidade, pode estar cercado por causas estruturais antecedentes. Mas, por outro lado, pode não existir uma ligação inerente e significativa entre as variáveis apontadas como causa para determinado problema.”

(MANGUE¹, 2007, p.14).

Versus

“O homem não age directamente sobre as coisas. Sempre há um intermediário, um instrumento entre ele e seus actos. Isso também acontece quando ele faz ciência, quando investiga cientificamente”.

(CERVO, 2007, p.4)

Nessas perspectivas, esperamos dar melhor contributo na UEM, alertando da necessidade de instrumento orientador de normalização bibliográfica, como forma de uniformizar os trabalhos de culminação de cursos.

¹ MANGUE, Manuel Valente. Consolidação do Processo de Informatização em Sistemas de Bibliotecas Universitárias da África Do Sul, Brasil e Moçambique. Belo Horizonte: UFMG.ECI, 2007. Tese. Prof^a. Orientadora: Helena Maria Tarchi Crivellari

Resumo

Trata-se de um trabalho que analisa a normalização bibliográfica, de forma descritiva e explicativa, pesquisa esta, feita nas faculdades e escolas da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Cujo problema central da pesquisa foi verificar qual é o estágio da utilização das normas de padronização bibliográfica na UEM. Procura sintetizar o estágio da utilização das normas de padronização bibliográfica na UEM. A metodologia adoptada foi de carácter exploratório e descritivo, combinando as abordagens qualitativas e quantitativas. Os dados empíricos foram colectados em levantamento frente as monografias seleccionadas de forma aleatória, com aplicação de questionário com questões semi-aberta e fechadas. Do universo total, foram seleccionadas por meio de sorteio, como amostra representativa, quatro faculdades e uma escola, e nestas, um curso cada, e por cada curso cinco monografias, totalizando, assim, vinte e cinco. Os resultados da pesquisa apontam que nas faculdades e escolas da UEM, não existem normas padronizadas no que concerne a normalização bibliográfica, os estudantes seguem a linha de orientação por meio de um guião adaptado interinamente e ou dos professores de acordo com as normas importadas dos locais por onde eles se formaram.

Palavras-chave: Normalização Bibliográfica; Padronização, Normas; Universidade Eduardo Mondlane.

Abstract

Having the analysis of the bibliographical normalization as the core of the problem, this work verifies the stage of the utilization of the norms of the bibliographical Standardization at Eduardo Mondlane University (UEM). Using the descriptive and explicative ways, the survey was held in some UEM faculties and schools. The methodology adopted combines the qualitative and quantitative approaches. The empirical data was collected based on some monographs randomly selected by mid-open and restricted questionnaires. On the whole, four faculties and one school, taking one course on each, whereby five monographs were taken per one, summed up into a number of twenty-five monographs altogether. The results of the survey show that there are no standard norms of bibliographical normalization at faculties and schools of UEM, therefore, the students follow a course of action oriented by a guidance temporarily designed, sometimes by the lecturers, according to the norms brought from the places where they were formed.

Key words: Bibliographic normalization; Standardization, Norms; Eduardo Mondlane University.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Elementos que compõem o trabalho

Tabela 2 – Dados estatísticos dos cursos, estudantes, docentes e CTA

Lista de apêndices

Tabela 1 – Modelo de levantamento dos Elementos nos trabalhos

Tabela 2 – Modelo de levantamento dos instrumentos/instituições

Tabela 3 – Modelo de levantamento dos princípios gerais

Lista de abreviaturas e siglas

AACR2 – Anglo American Cataloguing Rules ou Código de Catalogação Anglo-Americano

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APA – American Psychological Association

BCE – Biblioteca Central Brazão Mazula

CECOMA – Centro de Comunicação e Marketing

CTA – Corpo Técnico e Administrativo

DCE – Departamento de Coleções Especiais

DSD – Direção dos Serviços de Documentação

ECA – Escola de Comunicação e Artes

ed. – edição

FAEF – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

FC – Faculdade de Ciências

FE – Faculdade de Economia

FL – Faculdade de Letras

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais

IFLA – Federação Internacional de Associações Bibliotecárias

ISA – International Federation of the National Standardizing Associations

ISAD(G) – General International Standard Archival Description, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

ISBD – International Standard Bibliographic Description

ISBN – Numeração Internacional para Livros ou International Standard Book Numbering

ISO – International Organization for Standardization

IPQ – Instituto Português da Qualidade

nº - Número

NBR – Norma Brasileira Registrada

Obs. – Observação

p. – página

Ph. – Papel higiênico

SD. – Sem data

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFICS – Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNSCC – United Nations Standards Coordinating Committee

SUMÁRIO

Folha de Aprovação.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Epígrafe.....	iv
Resumo.....	v
<i>Abstract</i>	vi
Lista de tabelas.....	vii
Lista de apêndices.....	viii
Lista de abreviaturas e siglas.....	ix

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema.....	3
1.1.1 Problemas Secundários.....	5
1.2 Hipótese Principal.....	5
1.2.1 Hipóteses Secundárias.....	5
1.3 Objectivos.....	6
1.3.1 Objectivo Geral.....	6
1.3.2 Objectivos Específicos.....	6

CAPÍTULO 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Princípios/regras gerais de apresentação de trabalhos de final de curso.....	7
2.2 Organismos Internacionais, regionais e nacionais de Normalização.....	10
2.3 Critérios e Estrutura da Normalização	15
2.3.1 Estrutura da Normalização.....	16
2.3.1.1 Estrutura de Apresentação de Trabalho de Final de Curso	17

CAPÍTULO 3

3. METODOLOGIA	27
3.1 Quanto a forma de abordagem	27
3.2 Quanto aos objectivos	27

3.3 Referencial Empírico	28
3.4 Quanto aos procedimentos técnicos e os instrumentos de colecta de dados.....	28
3.5 Análise de Dados	29

CAPÍTULO 4

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4.1 Contextualização das Faculdades e Escola em Estudo.....	31
4.1.1 Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal.....	31
4.1.2 A Faculdade de Ciências (FC)	31
4.1.3 Faculdade de Economia (FE)	32
4.1.4 Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS)	33
4.1.5 Escola de Comunicação e Artes (ECA)	33
4.2 Dos princípios gerais e instrumentos orientadores da normalização bibliográfica.....	34
4.3 Quanto a estrutura da normalização bibliográfica	36

CAPÍTULO 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
5.1 Conclusão.....	39
5.2 Recomendações.....	41
6. REFERÊNCIAS	42
7. APÊNDICES	43

1. INTRODUÇÃO

Segundo IPQ (2009, p.9), a normalização é actividade destinada a estabelecer, face a problemas reais ou potenciais, disposições para a utilização comum e repetida, tendo em vista a obtenção de óptimo grau de ordem, num determinado contexto. Consiste de um modo particular, na formulação, edição e implementação das normas e Trindade (2014, P.2), enfatiza que para a área de informação e documentação, a normalização tem a finalidade de estruturar e apresentar graficamente documentos como: livros, relatórios, teses, dissertações, periódicos, etc., e parte deles como: referências, resumos, índices, sumários e outros. Seu objectivo é facilitar a pesquisa e o acesso aos documentos.

Nestes termos, se as palavras não possuísem significados definidos, não seria possível nos entendermos. Como as palavras, as letras e os números também são formas de expressões gráficas normalizadas dentro dos limites de uma extensão territorial na qual têm a mesma significação.

Assim, este trabalho de pesquisa tem como objectivo verificar o nível de aplicação das normas bibliográficas nesta que é a maior e antiga instituição do ensino superior em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), por um lado, e da necessidade de os académicos adequarem seus trabalhos às exigências da universidade e das normas internacionalmente aceites por outro lado.

Devendo, porém, aliar a prática aos conceitos e princípios da normalização bibliográfica, pois segundo Lopes² *apud* Faria (2002, p.14) “é difícil amostrar que a técnica sem a teoria tem um alcance muito limitado sendo incapaz de resolver problemas novos e complexos do que o habitual”.

A estrutura desta monografia é constituída por nove principais capítulos: a introdução; o problema; os objectivos; referencial teórico (princípios/regras gerais de apresentação de trabalhos de final de curso, organismos internacionais, regionais e nacionais de normalização,

² LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado. *Arquivo & História*, Rio de Janeiro, n.4, p. 37-49, Out. 1998.

critérios e estrutura da normalização, estrutura da normalização, estrutura de apresentação de trabalho de final de curso); metodologia, análise de dados e a conclusão (na qual destacamos os resultados alcançados, a comprovação das hipóteses), recomendações e por fim as referências bibliográficas.

1.1 Problema

Normalização é o acto ou efeito de normalizar, estabelecer normas, padronizar e uniformizar, fixando as condições exigíveis pelas quais devem ser referenciadas as publicações mencionadas num determinado trabalho relacionados com bibliografia ou objecto de resumos ou resenhas (SANTOS, 2005). Por outra, permite uma economia geral de esforços no tratamento da informação, facilitando sua troca, contribuindo para reduzir as dificuldades económicas e técnicas que se opõem à livre circulação da informação (FERNANDES e SANTOS 2006³, *apud* MACHADO, 2011).

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, normalização é a actividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva, com vistas à obtenção do grau óptimo de ordem em um dado contexto.

A normalização surge como possibilidade metodológica de uniformizar sua expressão escrita, tendo como uma das suas características a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação. A normalização serve de suporte para a uniformização dos meios de expressão e comunicação no campo científico (RODRIGUES, 1998, p.147-56).

A normalização fundamenta-se nas normas que, por sua vez, são o resultado de um processo de: a) uniformização conduzido sob princípios estabelecidos por equipas multidisciplinares, convocadas pelos órgãos nacionais de normalização; e de b) padronização como processo de desenvolvimento e combinação das normas, visando estabelecer especificações técnicas, critérios, métodos ou práticas uniformes.

Essas normas consistem na estruturação de apresentação formal de trabalhos científicos, em partes-chaves tais como: pré-textual, textual e pós-textual, que comportam os seus diversos elementos por um lado, formato do papel, fonte, margens, espaçamento, indicativos de secção, a

³ FERNANDES, P. V. N. D.; SANTOS, J. O. A normalização como insumo da documentação científica. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 14., 2006, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2006. CD-ROM.

paginação, numeração progressiva, ilustrações, tabelas, e os anexos por outro lado (UFGP, 2012), normas essas que são elaboradas desde os níveis: internacional, nacional e institucional.

A Padronização serve para contribuir e harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação na produção dos trabalhos científicos. Nela, existem tipos de padrões em que podem ser:

- a) Obrigatórios: indicadores exigidos pelas normas de padronização de uma Agência Nacional ou Internacional de Normas Técnicas;
- b) Recomendados: indicadores recomendados por autores da literatura ou normas de padronização; e
- c) Opcionais: indicadores das normas de padronização que não possuem carácter obrigatório e nem recomendado (REVISTA ABC, 2008).

Segundo Martins (2007, p.63), a utilização de normas técnicas na elaboração de trabalhos académicos é fundamental para facilitar a comunicação e o intercâmbio da informação.

Por seu turno, é tarefa da universidade “criar, elaborar e codificar uma mensagem a nível de trabalho científico” (RODRIGUES, 1995, p.153), processo que, por conseguinte, necessita da normalização, entendida como o processo de formular e aplicar normas para acesso sistemático a uma actividade típica do meio universitário: a redacção do trabalho científico.

A UEM, com universo de 11 faculdades e 6 escolas, totalizando 17 unidades de ensino, lecciona no seu todo, 132 cursos, dos quais 71 licenciaturas, 57 mestrados e 4 doutoramentos em que para o trabalho de culminação de curso existem 03 (três) tipos de trabalhos previsíveis, nomeadamente monografia, dissertação e tese respectivamente.

Para além dos trabalhos de culminação de curso, a UEM criou através da deliberação nº13/CUN/2008, de 22 de Agosto de 2008, a Unidade Editorial da Revista Científica, que entre outras funções orienta a elaboração de artigos e publicações científicas (estrutura editorial, a ferramenta tecnológica, normação, indexação e controle de qualidade) para docentes, investigadores e estudantes de pós-graduação da UEM, assim como de outros interessados das instituições congéneres. É objectivo principal dessa revista, difundir os resultados das actividades científicas realizadas por docentes e investigadores da UEM e de outras instituições

de ensino superior e de investigação do país, que abarcam várias áreas de saber e cuja normalização é fundamental, pois, a universidade, enquanto instituição preocupada com a qualificação do ensino, com o rigor de aprendizagem e com o progresso da ciência tem, na padronização dos trabalhos académicos, um valioso instrumento na elaboração e apresentação de sua produção científica, (UEM, 2013).

Assim, e cientes da produção científica e de outra índole na UEM, a nossa preocupação é de saber:

- Qual é o nível de utilização das normas de padronização bibliográfica na UEM?

1.1.1 Problemas Secundários

1. Quais são os princípios gerais e os instrumentos orientadores da normalização vigente na UEM?
2. Qual é o critério e estrutura da normalização usado para elaboração de trabalho final de curso?

1.2 Hipótese Principal

As normas de padronização bibliográfica na UEM, não estão uniformizadas para todas as faculdades e escolas.

1.2.1 Hipóteses Secundárias

1. Os instrumentos orientadores da normalização, internacionalmente aceites são vários, entre eles International Organization for Standardization (ISO) e adaptados das Normas da ABNT, mas em função deste pode-se adaptar um modelo específico.
2. O critério de normalização usado para elaboração dos trabalhos de final do curso, é o uso de modelo adaptado pela coordenação do curso e em certos casos segue-se a orientação do supervisor, em função do local da sua formação.

1.3 Objectivos

1.3.1 Objectivo Geral

- Caracterizar o nível de utilização das normas de padronização bibliográfica na UEM.

1.3.2 Objectivos Específicos

- Descrever os princípios gerais e os instrumentos orientadores da normalização bibliográfica.
- Esquematizar os critérios e estrutura de normalização usados para elaboração dos trabalhos de final do curso.

2.0 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, apresenta-se diferentes abordagens dos autores sobre a normalização bibliográfica, e ainda: a) os princípios/regras gerais de apresentação de trabalhos de final de curso; b) os organismos internacionais, regionais e nacionais de normalização; e c) critérios e estrutura da normalização.

Normalização é definida como sendo uma norma técnica utilizada para elaboração de trabalhos académicos tão fundamental para facilitar a comunicação e o intercâmbio da informação (MARTINS, 2007, p.63), e tal como sustenta Kobashi (sd. p.6), esses termos são criados e se desenvolvem em uma língua concreta porque as ideias, processos ou objectos que esses termos designam foram criados pela sociedade que deles se utiliza. Ela, busca a definição, a unificação e a simplificação, de forma racional, quer dos produtos acabados, quer dos elementos que se empregam para os produzir, através do estabelecimento de documentos chamados Normas (PANDO, s.d, p.1).

Assim, os instrumentos orientadores da normalização, tendo em conta a área da informação e documentação, tem a finalidade de estruturar e apresentar graficamente documentos como: livros, relatórios, monografias, dissertações, teses, periódicos, etc. e parte deles como referências, resumo, índices e outros, facilita a pesquisa e o acesso aos documentos (TRINDADE, 2014, p.2), por conseguinte resulta a necessidade de normalizar.

2.1 Princípios/regras gerais de apresentação de trabalhos de final de curso

A normalização bibliográfica, como parte da ciência, deve se basear em princípios ou em regras gerais de apresentação de trabalhos de final de curso. Assim, essas condições e regras exigíveis, dá-se o nome de princípios, desde o formato e cor do papel a usar, a fonte do próprio texto, suas margens e espaçamento, indicativo dos capítulos e subsecção, paginação e numeração; como forma de acrescentar valor ao que se faz em nome da conformidade, por um lado e de não reduzir a qualidade, por outro lado.

Condições e regras essas que consistem na elaboração de trabalhos de final de curso, com campos de dados padronizados que servem para orientar ao autor por um lado e incentivar cada país a coordenar, em âmbito nacional, a sua própria produção, através de uma agência bibliográfica nacional, utilizando-se critérios e mecanismos previamente estabelecidos internacionalmente e que tenham enquadramentos que necessitam de vir a ser interpretados.

Assim sendo, a padronização da descrição bibliográfica visa adoptar padrões internacionais para criar registos bibliográficos que identifiquem adequadamente a produção intelectual e possam ser objecto de intercâmbio com outras instituições, que por sua vez são compostas por um grupo de normas que identificam, armazenam e comunicam as informações, e sua estrutura baseia-se em campos numéricos relacionados ao conteúdo dos registos (OLIVEIRA *et al*, 2009).

Nestes termos os princípios gerais, referem-se ao controle, registo e divulgação da informação gerada por cientistas, professores, pesquisadores, investigadores, estudiosos e outros para disponibilidade da informação respectiva, como forma de permitir a avaliação qualitativa e quantitativa dos trabalhos feitos, seja por área de conhecimento ou a nível institucional, tal como observa, Castro⁴ (1986, p190) *apud* Pasquarelli (1989), a princípio, as instituições de pesquisas são julgadas pelo que conseguem apresentar por escrito. Desta forma ao reger princípios, a instituição tem como medir a sua produção científica periodicamente.

Assim como, determina o garante da identidade estrutural e idêntica compreensão na elaboração dos trabalhos científicos, assumindo-se, porém, uma tarefa fundamental em toda normativa organizada da instituição.

Assim, o IPQ (2009, p.38), considera que uma norma é um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que define regras, linhas de orientação ou características para actividades ou seus resultados, destinadas a utilização comum e repetida, visando atingir um grau óptimo de ordem, num dado contexto.

Pela sua natureza, uma Norma é um documento de aplicação voluntária que pode tornar-se de cumprimento obrigatório.

⁴ CASTRO, CM. Há produção científica no Brasil? In. SCHWARTZ – MAN, S. & CASTRO CM, org. – Pesquisa universitária em questão. Campinas, UNICAMP; São Paulo, Ícone/CNPq, 1989. P190-224

É ainda, documento estabelecido por consenso e aprovado por um órgão reconhecido, podendo pela sua natureza ser: a) norma internacional - adoptada/ratificado por um organismo internacional de normalização; b) norma regional - adoptada/ratificado por um organismo regional de normalização; c) norma nacional – aquela que é ratificada por um organismo nacional de normalização; d) institucional – aquela que é ratificada por um organismo institucional de normalização.

No que diz respeito à profundidade alcançada pela normalização, segundo Leão (2006, p.41), estabelece quatro tipos de normas:

- a) As que *dispõem sobre sistemas de informação*, e que definem as funções de cada componente dentro de um sistema de informação global. No caso de banco de dados referenciais bibliográficas, por exemplo, a norma ISO 2709 é uma referência tida como fundamental;
- b) Aquelas que *definem a estrutura dos elementos informativos* que devem compor um sistema de informação. Este tipo de norma regulamenta o “formato”, ou seja, os dados que devem ser incluídos em um sistema, mas não dispõe sobre o seu conteúdo.
- c) As normas de *conteúdo de dados*, que são as que estabelecem que informação introduzir em cada elemento da estrutura de um sistema, como a ISAD(G), por exemplo; e por fim,
- d) Existem as normas sobre o *valor dos dados*, que são as que estabelecem listas de nomes, códigos alfanuméricos, tabelas de termos ou outros dados utilizados em elementos específicos da estrutura de dados.

Para Vargas (2006, p.5), quando falamos em espaço da normalização, podemos considerá-lo um meio lógico para apresentar como se forma uma norma. É dividido em:

- Assuntos e Domínios: toda norma aborda um assunto e como os assuntos se encontram em número elevado agrupam-se eles em domínios;
- Aspectos ou Tipos: requisitos e condições que devem ser seguidos na elaboração da norma;
- Níveis: entidades produtoras de normas.

Segundo Trindade (2014), existem entre outros instrumentos para a normalização bibliográfica a:

- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; é um instrumento que define a normalização como sendo a actividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vista à obtenção de grau óptimo de ordem em um dado contexto;
- b) Normalização em estilo *Vancouver*, desenvolvida por um grupo de editores dos mais tradicionais periódicos internacionais da área médica;
- c) Normalização da área de psicologia, a *American Psychological Association – APA*, é a referência internacional para publicações científicas, onde o pesquisador tem acesso às regras internacionais de escrita de textos científicos para qualificar e tornar mundialmente aceites e passíveis de publicação as produções científicas da área.

Nestes termos, e existindo instrumentos internacionalmente aceites, e sabido que a normalização, pode ser Internacional, Nacional e até institucional, é evidente que uma instituição de reconhecível mérito como a UEM, pudesse adoptar a normalização, pois, como antes ilustrado, e sem instrumento orientador geral que seguiria a adaptabilidade da faculdade/escola e ou curso, verifica-se disparidades na implementação destas normas.

Sendo, porém, perceptível que a adopção de normalização de documentos visa à padronização e à simplificação no processo de elaboração de trabalho académico-científico que adopta um determinado padrão, todos os trabalhos daí decorrentes, saírem com uma estrutura linear.

2.2 Organismos Internacionais, regionais e nacionais de Normalização

Elas podem ser segundo Vargas (2006) internacionais, regionais, nacionais, associações, empresas ou individuais. Porém, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) são apenas quatro níveis: Internacional, Regional, Nacional e Empresa.

Nas organizações internacionais de normalização a participação é aberta a todos os organismos de normalização nacionais existentes no mundo, e entre as principais, segundo (IPQ, 2009), podem ser citadas:

1. International Organization for Standardization (ISO), é uma organização não governamental formada por organismos nacionais de normalização de 159 países (dados

de 2008), contando com um representante por país, com o seu secretariado central situado em Genebra, Suíça. A ISO abrange no seu domínio toda a actividade económica, com excepção da electrotecnia e telecomunicações.

A ISO é uma das principais organizações não-governamentais a nível mundial, que em regime voluntário se dedica à produção de normas técnicas. O Secretariado Central da ISO gere um sistema internacional de normalização, elabora, produz e divulga as normas internacionais e outros documentos normativos.

A ISO nasceu da união de duas organizações, a International Federation of the National Standardizing Associations (ISA), criada em Nova Iorque em 1928, e a United Nations Standards Coordinating Committee (UNSCC) criada em 1944. Em 14 de Outubro de cada ano (primeiro dia em que se reuniram os organismos de normalização nacionais que decidiram criar a ISO), festeja-se a nível mundial o “Dia da Normalização” - tais sejam: ISO 9707/1991, ISO 20983/2003, ISO 8/1977 e ISO 215/1986.

2. A ISBD (International Standard Bibliographic Description), a norma internacional de descrição bibliográfica ISBD conheceu, desde o seu início na década de 70, uma evolução em várias fases que passaram por processos de especificação de ISBD especializadas. A ISBD, *preliminary consolidated edition*, publicada pela IFLA em 2007, é o último e mais importante resultado da evolução das ISBD.

Apesar das alterações introduzidas nos projectos de revisão, a estrutura base e os elementos de dados da ISBD provaram ser relativamente estáveis ao longo dos anos e continuam a ser amplamente utilizados, na totalidade ou em parte, pelos criadores de códigos de catalogação e de esquemas de metadados⁵, (GALVÃO, s.d. p.6).

3. Normalização da área de psicologia, a *American Psychological Association – APA*, é a referência internacional para publicações científicas, onde o pesquisador tem acesso às regras internacionais de escrita de textos científicos para qualificar e tornar mundialmente aceites e passíveis de publicação as produções científicas da área. No Brasil a maioria das

⁵ são dados sobre outros dados; um item de um metadado pode dizer do que se trata aquele dado, geralmente uma informação inteligível por um computador. Os metadados facilitam o entendimento dos relacionamentos e a utilidade das informações dos dados.

Universidades adopta o uso das normas de Vancouver para os cursos da área da saúde, a APA para o curso de psicologia em a ABNT para as outras áreas do conhecimento.

4. Brasil — Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - é um instrumento que define a normalização como sendo a actividade que estabelece, relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vista à obtenção de grau óptimo de ordem em um dado contexto (NBR 6022/2003; NBR 6023/2002; NBR6024/2003; NBR 6028/2003; NBR 10520/2002; NBR 6032/1989);
5. UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura/United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
6. IFLA (Federação Internacional de Associações Bibliotecárias) – o Controlo Bibliográfico da IFLA organizou em Estocolmo um Seminário subordinado ao tema “Registos Bibliográficos”, motivado não só pela pressão na redução dos custos de catalogação mas também pelo reconhecimento da necessidade de uma resposta mais efectiva dos catálogos quer a uma cada vez maior diversidade de recursos, suportes e versões quer a um leque mais alargado de necessidades do utilizador (GALVÃO, s.d. p.2).

Organismos internacionais estes, que actuam na área de documentação científica – que prescreveram normas a esse respeito desde a década de 60, particularmente, em Brasil, cuja entidade devotada à normalização é a ABNT (RODRIGUES, 1998, p.151).

Assim, existem instrumentos internacionalmente aceites sabido que a normalização pode ser Internacional, Nacional e até institucional, é evidente que uma instituição de reconhecível mérito como a UEM, pudesse adoptar a normalização. Pois, como antes ilustrado, e sem instrumento orientador geral que seguiria a adaptabilidade da faculdade/escola e ou curso, verifica-se disparidades que chegam a elucidar as normas do local onde o respectivo supervisor concluiu a sua formação.

Sendo, porém, perceptível que a adopção de normalização de documentos visa à padronização e à simplificação no processo de elaboração de trabalho académico-científico que adopta um determinado padrão, todos os trabalhos daí decorrentes, saírem com uma estrutura linear, e:

considerando a Universidade como uma instituição preocupada com a qualificação do ensino, com o rigor da aprendizagem e com o progresso da ciência, ela terá, na padronização dos trabalhos académicos, um valioso instrumento na elaboração e apresentação da produção

científica. Destaca-se, também, que para a correcta aplicação das normas técnicas, é necessário instrumentalizar o aluno e o pesquisador no entendimento e aplicação deste tipo de recurso, levando-o a conhecer a estrutura e as características destes documentos (CRESPO, 2011).

Tomando em consideração que, segundo Stuchi (2010, p.4), “o início de todo trabalho académico é o projecto de pesquisa. Este representa o caminho a ser seguido pelo pesquisador e, por isso, deverá ser redigido de forma clara, objectiva e apresentado de acordo com as normas.”

Não só, a orientação bibliográfica é um serviço oferecido à comunidade universitária, visando orientá-la quanto ao uso das normas. Assim sendo, sua equipe de bibliotecárias formulam uma publicação, em forma de manual, com orientações que divulguem o uso de padrões aplicados à informação e documentação, o que é de utilidade tanto na vida académica quanto na educação continuada da comunidade universitária (UEPG, 2012, p.9).

E tal como argumenta a UEPG (2012, p.10), o manual tem como objectivo incentivar o uso de padrões na produção bibliográfica/científica, favorecer a uniformização formal de trabalhos para maior qualidade da comunicação científica escrita e orientar quanto ao uso de normas técnicas aplicadas à documentação bibliográfica.

Assim sendo, na revisão anteriormente citada Trindade (2011, p.2) e UEPG (2012, p.10), as orientações e ou instruções, estão virados para facilitar ao investigador/pesquisador, sendo, porém, da inteira responsabilidade do autor do trabalho, o projecto gráfico, devendo padronizá-lo de acordo com as recomendações das normas técnicas, adoptando formatações para a apresentação formal e estética do conteúdo do documento.

Sendo que a normalização de documentos visa à padronização e simplificação no processo de elaboração de qualquer trabalho científico, facilitar também o processo de comunicação e intercâmbio dentro da comunidade científica, possibilitando o processo de transferência de informação, a normalização, portanto, facilita as operações documentais e diminui o custo e o tempo necessários para realizá-las, viabilizando o intercâmbio e a recuperação de informações, (CURTY; BOCATTO, 2005, p.2).

Já a padronização é o processo de desenvolvimento e combinação das normas, visando estabelecer especificações técnicas, critérios, métodos ou práticas uniformes. Esses padrões,

servem de suportes para a uniformização dos meios de expressão e comunicação no campo científico (REVISTA ABC, 2008, p.6).

Não só, outro instrumento aparece com a realização em Paris da conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, organizado pela IFLA e com o patrocínio da UNESCO, no ano de 1961, conferência esta que apresentou propostas que levaram inicialmente à publicação do AACR2 – Anglo American Cataloguing Rules ou Código de Catalogação Anglo-Americano em 1967 (FEBAB, 2004).

São, estes os pressupostos que legitimam o uso da normalização bibliográfica na UEM, como forma de facilitar a concepção regrada de quem pega dois trabalhos, por exemplo, de cursos ou faculdades diferentes mais que sendo da mesma universidade, para que não encontre disparidades.

Assim como é sustentado por Curty e Bocatto (2005, p.2), que “a função de uma norma técnica é a de estabelecer um padrão com valor de regra em geral, indicativo e algumas vezes, imperativo”, e enfatizado por Galvão (s.d. p.1) quando diz que, “acrescentam critérios e práticas regionais e nacionais, ficando em curso todo um movimento de redefinição normativa que é talvez o mais profundo, mais internacionalizado”.

Nestes termos, subentende-se que os critérios de verificabilidade são os usados para apresentar a ciência como algo diferente do senso comum⁶, no entanto para este a ciência possui um conhecimento verificável e os outros tipos de conhecimentos não. E Concluíram que a normalização não se dá de forma sistemática e habitual havendo critérios aleatórios para elaboração de trabalhos nos livros de metodologia científica onde cada autor apresenta formas e critérios que nem sempre seguem os padrões da ABNT (BERTHOLINO, 2008, p.2).

⁶ “resultado de uma generalização da construção ou observação de fatos experienciados diariamente e que sustentam, dessa forma, as opiniões ou crenças, dotado de um baixo poder de crítica, destituído de objectividade por estar preso às convicções pessoais, por trabalharem com uma linguagem vaga”.

2.3 Critérios e Estrutura da Normalização

No mundo da normalização, importa que se seja extremamente claro no que concerne à comunicação verbal, qualquer que seja o domínio; visto que a normalização usa várias formas de comunicação, a linguagem não verbal ou semi-verbal, e neste contexto, a terminologia assume-se como uma tarefa fundamental em toda actividade normativa organizada, (IPQ, 2009, p.11).

Segundo IPQ (2009, p.11), quando uma norma é publicada em diferentes idiomas, o rigor linguístico e terminológico é determinante para garantir a identidade semântica de cada noção e uma idêntica compreensão dos textos em cada idioma.

Nessas perspectivas, e pela versatilidade da própria normalização, formas e comunicação é evidente que cada organismo, país, adopte segundo as suas capacidades como forma de melhor interpretar ou adaptar-se, para melhor perceber e aplicá-los e transmitir de forma clara a terceiros.

Tal como ilustra o IPQ (2009, p.12), esses princípios adoptam várias designações entre eles de voluntariedade, representatividade, paridade, transparência, simplificação e consenso.

- Voluntariedade – sua aplicação/uso não é obrigatória e depende de uma decisão voluntária dos interessados, vontade essa que é imprescindível para que o processo de elaboração de normas ocorra. Um outro aspecto que fundamenta a voluntariedade é o facto de resultar de uma decisão em que são percebidas mais vantagens no seu uso, do que no não uso;
- Representatividade – é preciso que haja especialistas cedidos por todos os sectores de modo que a opinião de todos seja considerada no estabelecimento da norma. Dessa forma, ela de facto reflecte o real estágio de desenvolvimento de uma tecnologia num determinado momento e entendimento comum vigente, baseado em experiências consolidadas e pertinentes;
- Paridade – não bastando apenas a representatividade, é preciso que as classes estejam equilibradas, evitando-se assim a imposição de uma delas sobre as demais por conta do maior número de representantes. Assim sendo, deve-se procurar que seja assegurado o equilíbrio das diferentes opiniões no processo de elaboração de normas;

- Transparência – a todas partes interessadas deve ser disponibilizadas, a qualquer tempo, as informações relativas ao controlo, actividades e decisões sobre o processo de desenvolvimento das normas técnicas;
- Simplificação – este processo deve de alguma forma ter regras e procedimentos simples e acessíveis, que garantam a coerência, a rapidez e a qualidade no desenvolvimento e implementação das normas;
- Consenso – como forma de seu conteúdo estar mais próximo à sua realidade de aplicação, é necessário que haja consenso entre os participantes da elaboração, processo este em que seu projecto deve ser submetido, compreendendo as etapas de análise, apreciação e aprovação por parte de uma comunidade, técnica ou não; tendo como finalidade atender aos interesses e às necessidades da colectividade, em seu próprio benefício. Não é uma votação, mas um compromisso de interesse mútuo, não devendo, portanto, ser confundido com unanimidade.

Esses princípios ilustrativos, de alguma forma consensualiza-nos desde o geral ao específico, a ter cuidados individuais e colectivos no estabelecimento das normas e sua aplicabilidade, como forma de melhor responder aos anseios maioritários no que tange à normalização e as instituições normalizadoras devendo, porém, serem vistas como impulsionadores e mantenedores do desenvolvimento científico e tecnológico.

Não só, como o seu uso adequado das normas técnicas no desenvolvimento de trabalhos académicos, artigos e demais documentos científicos, gera documentos de maior confiabilidade, que serão pesquisados e o uso adequado das normas técnicas no desenvolvimento de trabalhos académicos, artigos e demais documentos científicos, que serão pesquisados e recuperados com qualidade em catálogos e bases de dados e, conseqüentemente, permitirão a melhor disseminação das informações científicas (IPQ, 2009).

2.3.1 Estrutura da Normalização

Da estrutura de normalização fazem parte (externa e interna) os diferentes elementos divididos em Pré-textual, textual e pós-textual, partes estas que comportam os seguintes elementos e obedecendo a sequencia lógica como mostra a tabela 01.

- Pré-textual – páginas iniciais do trabalho académico contadas desde a folha do rosto em que não são enumeradas.
- Textual – parte neste elemento a numeração progressiva desde a primeira página, em algarismos arábicos – canto superior direito e com a fonte 10.
- Pós-textual – a este elemento dá-se o número sequencial do texto.

2.3.1.1 Estrutura de Apresentação de Trabalho de Final de Curso

Para correcta distinção na elaboração de trabalho científico, segundo Machado (2011, p.14-17) os trabalhos podem dividir e definir-se em:

- a) **Monografia** – no sentido etimológico, significa dissertação a respeito de um assunto único, pois monos (mono) significa um só e graphein (grafia) significa escrever. Uma monografia deve ser um trabalho escrito, para que possua um *registro* do que foi pesquisado. Deve ser um trabalho sistemático, que seja organizado em etapas, começando com o projecto, e que siga determinadas regras de execução. Seus textos devem ser pautados em sequência lógica, onde ideias, expressões e colocações devem essencialmente ser dispostas e centradas em torno do tema principal, evitando abordagens extensas acerca de assuntos de pouca ou nenhuma relevância ao tema escolhido, [...] deve ser realizado um estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários ângulos e aspectos, esgotando tudo o que haja e se possa concluir a respeito do tema em questão.

[...] tem uma função pedagógica, formativa, e não se exige que apresente uma contribuição original à área de pesquisa na qual ela se insere. No entanto torna-se necessário que haja reflexão, pois sem ela a monografia torna-se simplesmente um relatório do procedimento da pesquisa, uma divulgação, uma compilação de obras alheias, [...] um estudo que visa levantar uma conclusão pertinente e passível de contribuição teórica nos campos científicos, sociais e tecnológicos relevantes na contemporaneidade.

- b) **Dissertação** - significa discorrer sobre determinado tema, de forma abrangente e sistemática, deve necessariamente demonstrar uma proposição e não apenas explicar um assunto, o que resume o tipo de exigência lógica de todo trabalho desde que tenha objectivos de natureza científica bem definidos. Sua delimitação, abordagem e redacção devem ser bem definidas, embaçadas em profundas investigações e incursões sobre a temática eleita, resultando num texto coeso, preciso, directamente proporcional ao assunto seleccionado, de forma a reflectir o importante passo científico resumido na titulação, [...] deve revelar conhecimento da bibliografia actualizada em relação ao tema em estudo e à capacidade de sistematização de ideias e tomada coerente de conclusões e sua transmigração para um texto bem embaçado e organizado. A dissertação visa alcançar o nível de mestrado.
- c) **Tese** – é uma contribuição suficientemente original a respeito do tema pesquisado [...] visa demonstrar argumentando e trazer uma contribuição nova relativa ao tema abordado. É um “exercício de autoria” para o doutorando, que deve ser praticado com o desenvolvimento da disciplina intelectual visando a sua independência de reflexão. A concentração, a pesquisa, o estudo aprofundado, a comparação, a técnica constituem premissas fundamentais na elaboração de uma tese de doutorado.

Definidos os tipos de trabalhos científicos, segue-se a apresentação dos elementos que compõem a sua estruturação tal como mostra a tabela seguinte:

Tabela 1 - Elementos que compõem o trabalho de fim do curso

PÁGINAS	ELEMENTOS
<p>Páginas pré-textuais</p> <p>Páginas contadas a partir da folha de rosto e não numeradas</p>	<p>Capa (obrigatória)</p> <p>Lombada (opcional)</p> <p>Folha de rosto (obrigatória)</p> <p>Errata (opcional)</p> <p>Folha de aprovação (obrigatória) (*)</p> <p>Dedicatória (opcional)</p> <p>Agradecimento(s) (opcional)</p> <p>Epígrafe (opcional)</p> <p>Resumo na língua vernácula (obrigatório) (**)</p> <p>Resumo na língua estrangeira (obrigatório) (***)</p> <p>Lista de ilustrações (opcional)</p> <p>Lista de tabelas (opcional)</p> <p>Lista de abreviaturas e siglas (opcional)</p> <p>Lista de símbolos (opcional)</p> <p>Sumário (obrigatório)</p>
<p>Páginas textuais</p> <p>A numeração deve aparecer a partir da primeira página, em algarismos arábicos – canto superior direito – fonte 10.</p>	<p>Introdução</p> <p>Desenvolvimento</p> <p>Conclusão</p>
<p>Páginas pós-textuais</p> <p>A numeração é sequencial à do texto.</p>	<p>Referências (obrigatórias) NBR 6023</p> <p>Glossário (opcional)</p> <p>Apêndice(s) (opcional)</p> <p>Anexo(s) (opcional)</p> <p>Índice(s) (opcional)</p>

Tab. 01 (UEPG, 2010, p.33).

(*) Obrigatória desde que o trabalho seja submetido à banca examinadora.

(**) Obrigatório em monografias, dissertações e teses.

(***) Obrigatório em dissertações e teses.

Por sua vez, estes elementos segundo UEGP (2010, p.34-41), são definidos como sendo:

Pré-textual

Capa – é um elemento obrigatório, segundo a NBR 14724/2011. Com os itens transcritos na seguinte ordem: a) Nome da Instituição (opcional); b) Nome do autor; c) Título do trabalho; d) Subtítulo, se houver; e) Número de volumes (se houver mais de um, deve constar em cada capa a especificação do respectivo volume); f) Local (cidade); g) Ano.

Lombada – geralmente é impressa conforme a NBR 12225, deve ter o nome do autor, o título do trabalho e a indicação do volume (se houver), impressos longitudinalmente e de modo legível do alto para o pé da lombada, (UEPG, 2010, p.35).

Folha de rosto – apresenta elementos essenciais à identificação do trabalho. Assemelha-se à capa, acrescentando-se a natureza (tese/dissertação/monografia/trabalho de conclusão de curso e outros). Nota da qual devem constar os dados relativos ao trabalho, nome da instituição, grau pretendido, nome do orientador e co-orientador, quando houver. E como sendo a identificação da natureza e da finalidade do trabalho académico, (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2010, p.103).

Errata – opcional a folha é inserida, quando necessário, para apresentar correcções, (UEPG, 2010, p.35).

Folha de aprovação – (obrigatória para trabalhos submetidos à banca examinadora), deve conter nome do autor, título e subtítulo (se houve), natureza, objectivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora. A data de aprovação e as assinaturas dos membros componentes da banca examinadora são colocadas após aprovação do trabalho (MACHADO, P.27).

Páginas preliminares:

- **Dedicatória:** página na qual o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho a uma ou mais pessoas ou entidades. Colocado após a folha de rosto. Elemento sem título.
- **Agradecimentos:** página na qual o autor manifesta agradecimentos a pessoas ou/e instituições que, de alguma forma contribuíram para a execução e bom êxito do trabalho. Colocado após a dedicatória. Elemento com título. É corroborado por Cervo

(2010, p.102) quando diz que “trata-se do espaço para fazer os agradecimentos, mais no sentido de crédito do que de homenagem, às pessoas que efectivamente contribuíram para a elaboração do trabalho”.

- **Epígrafe:** página na qual é feita a citação de um pensamento que, de certa forma embaçou a génese da obra. Colocado após os agradecimentos. Elemento sem título. E para Cervo (2010, p.102) é o elemento que atende ao desejo daqueles que gostam de abrir cada capítulo com uma citação pertinente ao tema. É necessária a indicação da autoria.

Resumo – o resumo deve ressaltar o objectivo, o método, os resultados e as conclusões do trabalho. Deve ser composto de uma sequência corrente de frases concisas e não de uma enumeração de tópicos. Apresentando-se em parágrafo único, devendo conter de 150 a 500 palavras. Logo abaixo, devem ser colocadas as palavras representativas do conteúdo do trabalho, ou seja, as palavras-chave e/ou descritores (ABNT).

Este elemento é obrigatório, sintetiza os objectivos do estudo ou pesquisa, procedimentos básicos (selecção dos indivíduos do estudo ou animais de laboratório, métodos de observação e analíticos) e as principais conclusões inferidas. Deve-se evitar no resumo: o uso de parágrafos; frases longas; citações e descrições ou explicações detalhadas; figuras, tabelas, gráficos, fórmulas, equações e diagramas. O resumo não deve ultrapassar 250 palavras e deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave, (CURTY e BOCATTO, 2005, p.4).

Cervo; Bervian; Silva (2010, p.106), reforçam que “é um elemento obrigatório, constituído de uma sequência de frases concisas e objectivas e não de uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 500 palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras chaves e/ou descritores, conforme a NBR 6028:2003”.

Abstract/resumo em língua estrangeira – é uma síntese do trabalho em língua de tradução e localiza-se logo após o resumo da língua original. Seguem as mesmas regras de apresentação do resumo, já Cervo; Bervian; Silva (2010, p.107), acreditam que “é elemento obrigatório, com as mesmas características do resumo em língua vernáculo, digitado ou dactilografado em folha separada”.

Listas – rol de elementos ilustrativos ou explicativos. Podem ser:

- Lista de ilustrações e Lista de tabelas: relacionadas na ordem em que aparecem no texto, com nome específico e indicação da página correspondente.
- Lista de abreviaturas e siglas: relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no trabalho, seguidas dos seus respectivos significados.
- Lista de símbolos: relacionadas na ordem em que aparecem no texto, com nome específico. A apresentação (margem, espaçamento, fonte) é a mesma do sumário.

Ilustrações – existem vários tipos de ilustrações: fluxogramas, organogramas, plantas, quadros, gravuras, fotografias, retratos, mapas, esquemas, desenhos, gráficos e outros. Devem ser inseridas em local tão próximo quanto possível do trecho onde são mencionadas. Sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara.

Tabelas – são “formas não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central, na sua forma identifica-se espaços e elementos”.

Tabelas: trazem dados estatísticos numéricos; os lados esquerdo e direito são abertos, as partes superior e inferior são fechadas e não se colocam traços horizontais e verticais para separar os números. Diferente dos quadros que possuem os quatro lados fechados com traços horizontais e verticais para separar as informações. Devem apresentar a fonte, acrescidos de nota se necessário. Esta nota deve *registrar* informações ou comentários elucidativos.

Abreviaturas – relação alfabética das abreviaturas, siglas e símbolos que aparecem ao longo do texto, seguidas de seu correspondente por extenso. Para cada tipo deve se elaborar uma lista separadamente.

Siglas – consistem na indicação de abreviaturas e siglas utilizadas dentro do texto científico deve ser feita entre parênteses e precedida, numa primeira vez, da forma completa. Exemplo: International Standard Book Number (ISBN), (CURTY e BOCATTO, 2005, p.5).

Na primeira vez em que aparece no texto, a sigla deve ser colocada entre parênteses após a forma completa do nome. Nas demais ocasiões em que for mencionada, poderá ser usada sozinha e sem os parênteses, (MACHADO, 2011, p.34).

Símbolos – elementos que são apresentados (símbolos) na ordem em que se apresentam no texto, acompanhados de seus significados, (UEPG, 2010, p.36). Exemplo: © - *copy right* (compilado).

Sumário – segundo a ABNT (2003, p.2), “o sumário é enumeração das divisões, secções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede. Não se deve confundir sumário com índice ou lista”. Deve incluir apenas as partes do trabalho que lhe sucedem exactamente com a mesma grafia e número de página em que aparecem no texto. Aconselha-se a usar letras maiúsculas grifadas para indicar títulos de partes ou capítulos (secções primárias) e apenas a inicial maiúscula para os títulos das divisões dos capítulos (demais secções). A indicação das secções deve iniciar junto à margem esquerda, e a paginação obedece a margem direita. O espaço vago entre as secções e a indicação de paginação pode ser pontilhado para melhor visualização (TRINDADE, 2014).

Textual

Introdução – é a parte inicial, onde se apresenta o tema do artigo e situa-se o problema, com definição do assunto abordado, justificativa e relevância da escolha. Nela devem constar fatos históricos e trabalhos clássicos. Apresenta ainda o que se pretende alcançar, os principais objectivos e finalidades da pesquisa, com especificação dos aspectos que serão abordados, do assunto a ser tratado (tema), do problema a se resolver e dos procedimentos (metodologia) realizados (CURTY; BOCATTO, 2005, p.5), e como sendo uma breve exposição do tema central (proposição) dos objectivos e tópicos, (MARCONI; LAKATOS, 2006), e para Cervo; Bervian; Silva (2010, p.115) é abertura do trabalho propriamente dito, anunciando o assunto, e supõe a compreensão dele quanto a seu alcance, suas implicações e seus limites, deduzindo-se requisitos indispensáveis tais como a definição do tema, a indicação do problema e da hipótese, da metodologia de trabalho a ser seguida e a estrutura interna do trabalho.

Desenvolvimento – é a parte principal do artigo e agrega o referencial teórico e os procedimentos metodológicos (no caso de pesquisa de campo, deve-se considerar os resultados e

as análises). É nessa parte que se faz a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado, discute-se o problema de pesquisa e demonstra-se o que se afirma a respeito dele. Conforme a NBR 6024 (2003), divide-se em secções e subsecções, que variam em função da abordagem do tema e do método; (CURTY; BOCATTO, 2005, p.5), e é apresentação das partes numa sequência organizada, envolvendo explicação, discussão e demonstração, (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Segundo, Cervo; Bervian; Silva (2010, p.117) é a “parte mais extensa do trabalho, chamada também de corpo do assunto, que visa comunicar os resultados da pesquisa”.

Conclusão – é a parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objectivos estabelecidos e às hipóteses lançadas no início. Retoma as principais ideias do desenvolvimento e as conduz para o desfecho do trabalho a partir dos resultados. É esse o momento em que o autor do artigo se posiciona, inclui o seu ponto de vista, faz sugestões para novas pesquisas, (CURTY; BOCATTO, 2005, p.5), e que é visto como sendo “síntese de toda reflexão”, com as contribuições individuais para o tema, (MARCONI; LAKATOS, 2003).

E, Cervo; Bervian; Silva (2010, p.123), asseveram que “é acto de concluir, consequência de um argumento, dedução, ilação, corresponde à secção que arremata o trabalho. Constitui seu ponto de chegada, a resposta do tema anunciado na introdução [...] transformando-se, finalmente, em certeza ou na mais provável das hipóteses, decorrência lógica e natural de tudo o que a precede.

Pós-textual

Referências – conjunto padronizado dos elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual” (NBR 6023, 2002, p. 2). É a maneira pela qual o autor presta a quem lê uma satisfação quanto à sua seriedade e competência, permitindo assim a localização de documentos no todo ou em partes, segundo normas específicas (CURTY e BOCATTO, 2005, p.2),

A elaboração das referências deve obedecer à NBR 6023/2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração, especificada nas Instruções aos Autores, disponíveis no periódico escolhido para publicação. As referências devem ser alinhadas somente à margem esquerda, podendo ser descritos vários tipos de documentos, como trabalhos académicos, periódicos,

livros, capítulos de livros, eventos, etc., disponibilizados na forma impressa e/ou electrónica. Alguns procedimentos devem ser observados quando da elaboração das referências, como, no caso, a descrição do elemento autor, independentemente do tipo de material que esteja sendo referenciado. O(s) prenome(s) do(s) autor(es) pode(m) ser abreviado(s) ou escrito(s) por extenso.

A uniformização deve ser mantida nos elementos que permitem opções quanto à sua descrição: prenome(s) do(s) autor(es) - por extenso ou abreviado(s)-, já citado(s) acima; título do periódico - por extenso ou abreviado - e em relação ao destaque necessário no elemento título - itálico, sublinhado ou negrito. A forma escolhida dentre as opções deve ser mantida em todas as referências que compõem a lista de referências (CURTY e BOCATTO, 2005, p.7).

Glossário – elemento opcional. É uma relação, em ordem alfabética, de termos técnicos empregados no decorrer do texto, com o significado atribuído a cada item, para facilitar sua compreensão (CURTY e BOCATTO, 2005, p.7).

Segundo Trindade (2014), apêndices – são textos elaborados pelo autor a fim de complementar sua argumentação. Os apêndices devem aparecer após o glossário, devem constar no sumário, não acompanhando a numeração progressiva. Os anexos ou apêndices devem ser identificados por meio de letras maiúsculas consecutivas, travessão e seus respectivos títulos.

Segundo Curty; Bocatto (2005, p.2), são considerados elementos opcionais criados pelo próprio autor com a finalidade de complementar o trabalho (suporte elucidativo e ilustrativo dispensável à compreensão do texto). São identificados por letras maiúsculas consecutivas acompanhadas de travessão e de seus respectivos títulos.

Anexos – são documentos não elaborados pelo autor, que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração, como mapas, leis, estatutos, entre outros. Seu aparecimento será após os apêndices, devendo constar no sumário, não acompanhando a numeração progressiva. Os anexos ou apêndices devem ser identificados por meio de letras maiúsculas consecutivas, travessão e seus respectivos títulos (TRINDADE, 2014).

Segundo Curty; Bocatto (2005, p.2), é também elemento(s) complementar(es), mas não elaborado(s) pelo autor do trabalho, e serve(m) de fundamentação, comprovação ou ilustração

(suporte elucidativo e ilustrativo indispensável à compreensão do texto). São identificados por letras maiúsculas consecutivas acompanhadas de travessão e de seus respectivos títulos.

Índice – são listas de palavras ou frases, ordenadas segundo um determinado critério, que localizam e remetem informações contidas no texto. São elaborados conforme a NBR 6034, (UEPG, 2010, p.37).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa aplicada quanto a sua natureza, visto que objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Para melhor clarividade, da adopção da normalização bibliográfica nas Faculdades e Escolas da UEM, será com base na revisão da literatura já existente, a definição do tipo de estudo; referencial empírico; técnica de pesquisa/ instrumentos; e análise de dados.

3.1 Quanto a forma de abordagem

É qualitativa, considerando que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2010, p.60).

3.2 Quanto aos objectivos,

A pesquisa é exploratória, visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Não só, envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tem experiência prática com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográfica e Estudo de Caso (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2010, p.63).

Em certo ponto, será descritiva, no sentido de descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, se considerar que envolve o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados: questionário e observação sistemática por um lado e explicativa, para identificar os factores que determinam ou contribuem

para a ocorrência dos fenómenos aprofundando o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas.

3.3 Referencial Empírico⁷

O estudo teve lugar nas Faculdades (Agronomia e Engenharia Florestal; Ciências; Economia e de Letras e Ciências Sociais) e na Escola de Comunicação e Artes da UEM, especificamente, e que encontram-se na Cidade de Maputo, si se tomar em consideração que é nesta parcela do país que se encontram a maioria, dos órgãos desta instituição.

3.4 Quanto aos procedimentos técnicos e os instrumentos de colecta de dados

Os procedimentos técnicos foram bibliográficos e documentais pois analisamos os trabalhos de fim de curso (constituído principalmente de monografias para análise de dados), dissertações e teses por um lado e consulta de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na Internet, por outro lado.

No entanto, fez-se um levantamento de dados usando uma amostragem simples⁸ e acidental⁹, para permitir a selecção dos trabalhos de forma elementar, entre os meses de Agosto e Setembro de 2014 de 4 Faculdades e 1 Escola da UEM, existentes na cidade de Maputo, escolhidas através de um sorteio, pois tomamos em consideração que uma amostra de 1/3 seria significativa. Alistamos as faculdades em um pote e as escolas no outro pote, cujo sorteio recaiu em: Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF); Faculdade de Ciências (FC), Faculdade de Economia (FE); Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) Escola de Comunicação e Artes (ECA). Coincidência ou não no pote das escolas sorteou-se a ECA, que é local de formação do estudante que elaborou o presente trabalho.

⁷ “Um fato que se apoia somente em experiências vividas na observação de coisas e não em teorias e métodos científicos. Aquele que não é metódica e que não foi interpretada e organizada de forma racional”.

⁸ Segundo Martins (2007, p.47) é o processo mais elementar e frequentemente utilizado. Atribui-se a cada elemento da população um número distinto. Se a população for numerada, utilizam-se esses “rótulos”. Efectuam se sucessivos sorteios até completar-se o tamanho da amostra: n. [...] utilizam-se “tábuas de números aleatórios” que consistem em tabelas que apresentam sequências dos dígitos de 0 a 9 distribuídos aleatoriamente.

⁹ Para, Martins (2007, p.49) trata-se de uma amostra formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até completar o número de elementos da amostra. Geralmente utilizada em pesquisas de opinião, em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos.

Para, colecta de alguns dados relevantes a respeito dos órgãos, foram visitadas as páginas das faculdades e escola em estudo, por um lado, por outro, foram telefonadas as Secretárias desses órgãos para complementaridade das informações do tipo número de funcionários e guião de orientação do trabalho final do curso.

Assim, porque maioria parte dos trabalhos de culminação de curso encontram-se depositados na Biblioteca Central Brazão Mazula (BCE), de forma intencional, foram escolhidas duas funcionárias no Departamento de Coleções Especiais (DCE), que serviram de elementos chave na selecção dos cursos e os respectivos trabalhos, pois a escolha de um curso específico e triagem de 5 trabalhos foi confiada a elas.

Essa escolha aleatória, resultou na selecção pela parte das funcionárias do DCE da BCE, dos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal pela FA; Informática, pela FC; Economia pela FE; Administração Pública para a FLCS; e Jornalismo pela ECA.

3.5 Análise de Dados

Recolhidos os dados foi feita uma transcrição e análise dos dados, em seguida a confrontação com os fundamentos dos marcos teóricos, com a finalidade de demonstrar os resultados obtidos, visto que, depois de colectados e tabulados os dados e expostos em tabelas de forma sintética, (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.68):

Eles devem ser submetidos ou não, conforme o caso, ao tratamento estatístico. Todas as informações reunidas nos passos anteriores devem ser comparadas entre si e analisadas. [Análise essa], a partir da classificação ordenada dos dados, do confronto dos resultados das tabelas e das provas estatísticas, quando empregadas, procura verificar a comprovação ou não das hipóteses de estudo, [isto é, tudo que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo].

Nestes termos, ordenando e estruturando a sua significação, e que é a partir dos tópicos estabelecidos que esses dados são processados, procurando tendências, diferenças e variações na informação obtida e dela descrever e resumir dados, identificar relações e diferenças entre as variáveis, comparar e enfim fazer previsões.

As tabelas anexas (demonstram como se dispõem, sua estrutura nos elementos, conteúdo dos dados e valor dos dados), de identificação das designações: Voluntariedade; Representatividade; Paridade; Transparência; Simplificação e Consenso. Na parte II das tabelas, apresentamos os princípios gerais e seguindo as instituições de normalização. Tabelas estas que elaboramos a partir de dados do levantamento nosso junto as referências bibliográficas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Contextualização das Faculdades e Escola em Estudo

Incomensuravelmente reconhecida pelo contributo que presta ao desenvolvimento do capital humano de Moçambique através da formação de graduados e pós-graduados de qualidade, a UEM prossegue, empenhadamente, um ensino de qualidade, realiza investigação relevante e actividades de extensão e consultoria e contribui para os debates nacionais, regionais e internacionais nos domínios das ciências (UEM, 2015).

4.1.1 Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

Conforme exposto na página¹⁰ da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal é uma das onze Faculdades da UEM, criada com o objectivo de formar técnicos superiores de qualidade em ciências agronómicas e florestais, como também desenvolver actividades na área científica e competências a ela associada proporcionando ferramentas de alavanca no desenvolvimento do país, (UEM, 2015).

Nesta faculdade ministra-se três cursos, 2 licenciaturas e 1 mestrado, para um universo de 641 estudantes, assistidos por um total de 80 docentes, e que estes por sua vez são auxiliados por 215 membros do corpo técnico e administrativo (CTA).

4.1.2 A Faculdade de Ciências (FC)

Tal como elucidada a página¹¹ da FC “é uma unidade orgânica da UEM dotada de autonomia pedagógica e científica no âmbito dos cursos que ministra e de autonomia administrativa, patrimonial e financeira relativamente aos seus próprios recursos dentro dos limites legais” e “esta, goza, igualmente, de autonomia regulamentar e disciplinar dentro dos limites legais”.

¹⁰ <http://www.agronomia.uem.mz> , Acesso em 10 de Fevereiro de 2015

¹¹ <http://www.ciencias.uem.mz> , Acesso em 10 de Fevereiro de 2015

Denota-se que ao longo da sua existência, a FC assumiu sempre com responsabilidade a missão de providenciar e conduzir a educação e a investigação científica em Ciências Naturais, Puras e Aplicadas, ela privilegia o ensino mas, paralelamente, procura manter sempre uma permanente interação com os vários actores da sociedade através da investigação e extensão.

De forma geral, a FC procura fazer sempre o uso optimizado dos recursos que tem disponíveis, tendo em vista a satisfação contínua das necessidades da sociedade moçambicana em particular e do mundo em geral.

Nesta faculdade ministra-se, 13 cursos de licenciaturas, 6 mestrados e 1 de doutoramento, para um universo de 2.717 estudantes, cuja sua assistência é confiada a um total de 241 docentes, e que estes por sua vez são auxiliados por 244 membros do CTA.

4.1.3 Faculdade de Economia (FE)

Conforme patente na página¹² da Faculdade de Economia da UEM foi criada em 1970 e iniciou as suas actividades em 1971. Ela é vocacionada, fundamentalmente, a dar aos seus formandos uma sólida preparação de base nos vários domínios das ciências económicas e empresariais, de modo que eles possam contribuir para o desenvolvimento económico e social sustentado do país.

Segundo a página supracitada, até 1975 a Faculdade leccionou apenas o curso de Licenciatura em Economia, um pouco depois da independência, foi eliminado o programa de licenciatura e introduziu-se o curso de bacharelato em Economia. Em Agosto de 1985, foi introduzido novamente o curso de Licenciatura em Economia.

O ano de 1986, foi marcado pela introdução dos cursos de Licenciatura normal em Economia e em Gestão. Assim, em 1988, a faculdade passa a leccionar dois cursos de licenciatura: Economia e Gestão.

Os cursos de licenciatura especial em gestão e Economia, para bacharéis, foram introduzidos nos anos de 1987 e 1988 respectivamente. No entanto, como forma de responder a demanda cada vez

¹² <http://www.economia.uem.mz> , Acesso em 11 de Fevereiro de 2015

mais crescente nos cursos leccionados nesta faculdade, em 2001 foi introduzido o turno pós-laboral.

4.1.4 Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS)

Segundo informações extraídas da página¹³ da FLCS, esta faculdade é actualmente a maior da UEM, é fruto da união em 2003 entre as já extintas Faculdade de Letras (FL) e Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS). A FL resultou, por sua vez, do processo de desenvolvimento dos cursos de Formação de Professores do 11º Grupo (Geografia e História) e do 8º Grupo (Línguas), criados no âmbito dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique em 1962. A FL propriamente dita só viria a ser criada em 1968, através da introdução dos cursos de graduação em Geografia, História e Línguas Românicas.

No início da década de 90, a UEM decidiu criar a UFICS cujo objectivo era a gestão, formação e investigação em ciências sociais e humanas na UEM que recebeu os seus primeiros estudantes em Abril de 1995.

Entretanto, importa frisar que “os cursos de graduação em administração pública, sociologia e geografia são os que actualmente possuem mais estudantes no regime laboral, enquanto, no regime pós-laboral a ordem de procura é: administração pública, geografia e sociologia”.

4.1.5 Escola de Comunicação e Artes (ECA)

Conforme descrito na página¹⁴ da ECA, foi criada por deliberação do Conselho Universitário da UEM – Deliberação nº 14/CUN/2002 - a 29 de Novembro de 2002. A ideia da sua criação surgiu no âmbito da operacionalização do Plano Estratégico da UEM 1999-2003 que, nos seus Objectivos Estratégicos 6 e 7, recomendava como necessário “Aumentar o número de ingressos” e “Desencadear o processo de introdução de novos cursos universitários em outras áreas do

¹³ Website: <http://www.flcs.uem.mz> , Acesso em 20 de Fevereiro de 2015

¹⁴ Website: <http://www.eca.uem.mz> , Acesso em 27 de Fevereiro de 2015.

conhecimento”, respectivamente. Esta unidade encontra-se fora do Campus Universitário, localizando-se na Av. Romão Fernandes Farinha, nº 456 – 520, Cidade de Maputo.

Esta escola, responde pela leccionação de 4 cursos de licenciaturas, para 249 estudantes, assistidos por 66 docentes, auxiliados por 34 funcionários.

Tabela 2 – Quadro comparativo entre as faculdades e escola estudadas.

Faculdade/Escola	Categorias						
	Nº de Cursos			Nº Estudantes	Nº Docentes	Nº CTA	Obs.
	Licenciaturas	Mestrados	Doutoramento				
FAEF	2	1	-	641	80	215	-
FC	13	6	1	2717	241	244	-
FE	4	3	-	2070	57	72	-
FLCS	17	6	1	5000	255	95	-
ECA	4	-	-	249	66	34	-
Total	40	16	2	10677	699	660	-

Fonte: levantamento nosso junto as referências bibliográficas

4.2 Dos princípios gerais e instrumentos orientadores da normalização bibliográfica

Conforme ilustra Leão (2006, p.41), no que diz respeito à profundidade alcançada pela normalização, estabelece quatro tipos de normas:

- a) Dispõem sobre sistemas de informação;
- b) Definem a estrutura dos elementos informativos;
- c) Contém o conteúdo de dados; e
- d) São dotados de valor dos dados.

Assim, verificados os guiões adaptados localmente, compreendemos que eles contém os itens supracitados (detalhados na página 9 do presente trabalho) e em linhas gerais constatamos também que eles:

- a) Foram aprovados por consenso interno (conselho de direcção ou coordenação do curso); e b) Seu uso é obrigatório, havendo, mera distracção de um e outro caso.

Nestes termos, e tendo em consideração que uma norma é um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, IPQ (2009, p.38), ainda que patente todos os elementos chaves de normas internacionalmente aceites nestes guiões, e servindo eles de orientação para actividades e/ou resultados de utilização comum, não considerariamos norma.

Tomando em consideração que, os manuais devem ser preparados como um instrumento de veiculação informacional, para os seus usuários, como já foi destacado no tópico 4.2, daí que, de forma mais concreta, Sobrinho (2000, p.57) realça que “as instituições que actuam na área de edição de publicações periódicas ou monográficas geralmente elaboram os seus próprios manuais de editoração, chamados de manuais de estilo” existindo assim, privilégio de as editoras adoptá-los.

Assim, não havendo instrumento institucional, é nossa percepção que a UEM, devia uniformizar os vários guiões existentes de forma solta e isolada nas faculdades e escolas, mesmo reconhecendo que tais, tendem a coincidir de uma e outra coisa na sua sequência lógica; visto que são instrumentos elaborados por consenso do corpo docente, na maioria dos casos.

Visto que, na revisão bibliográfica, constatamos que, em Moçambique existe o Guião para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação, compilado por Wanda do Amaral, manual esse, editado na Imprensa da UEM, inclusive, usado como referência bibliográfica, no guião do trabalho prático da FE. Instrumento de língua oficial moçambicana, pese embora não ter consenso nacional, porém, obedece o mínimo de critérios para ser considerado norma.

Entretanto, recorrendo ao manual da ABDF (1980, p.3)¹⁵ *apud* Sobrinho (2000, p.55), que esclarece que “o objectivo dos manuais não é retirar do editor a parcela da criatividade que lhe deve ser reservada para singularizar sua publicação [...] as normas de editoração¹⁶ consubstanciadas em manuais, devem preservar a criatividade.

¹⁵ ABDF. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras. Manual de normas mínimas de editoração para publicações oficiais. Brasília, 1980. Apresentação

¹⁶ “É o gerenciamento da produção de publicações de carácter periódico e não periódico, como livros, revistas, boletins, etc.”

4.3 Quanto a estrutura da normalização bibliográfica

Segundo, o IPQ (2009) a “norma nacional – é aquela que é ratificada por um organismo nacional de normalização”; assim, a estrutura e/ou guiões de trabalho de fim do curso existentes nas faculdades e escola, supracitadas, não chegam a ser instrumentos de normalização bibliográfica, visto que não passaram dum órgão nacional competente para sua aprovação, por um lado.

Uma estrutura completa do trabalho académico deve obrigatoriamente ter: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo, sumário, introdução, desenvolvimento, conclusão e as referências bibliográficas), sustentado por (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.92) e corroborado pela (UEPG, 2010, p.33).

Verificados os 25 trabalhos de culminação de curso, nota-se uma ligeira semelhança na distribuição e apresentação dos itens/elementos considerados obrigatórios, constatamos que tentam seguir a linha dos autores mencionados acima. A folha de aprovação é um elemento quase inexistente, apenas 4 trabalhos é que o apresentam. No que se refere à folha de rosto mesmo sendo esse um elemento obrigatório, desse número, a que salientar que está patente em apenas 11. Assim, ignorando quase por completo esses elementos, acabam, viciando a estrutura da normalização bibliográfica.

Verificamos também, que quase todas monografias examinadas possuem sumário, entretanto, chamado pelos autores de índice. Ainda sobre a questão dos sumários são maioritariamente, elaborados de como recomendam as normas da ABNT (usados como modelo comparativo, por serem reconhecidos internacionalmente e elaborados por um país falante da língua portuguesa), assim, pelas avaliações aos itens das monografias e sabido que o sumário apresenta uma visão mais detalhada do conteúdo da obra, é mais um subsídio de afirmar que as monografias não estão devidamente normalizadas.

No que concerne aos resumos (na língua vernáculo e estrangeira), verifica-se que, quase todos (24) apresentaram na língua vernáculo e dois apenas que completaram com a língua estrangeira. Salientar que nota-se maior confusão na diferenciação de sumário e índice, elementos totalmente confundidos nos trabalhos analisados, acabando, assim, chamando o sumário de índice, e em outros casos o resumo de sumário.

Para UEPG (2010, p.33) e outros autores, consideram opcionais os seguintes elementos: errata, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, listas de: ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos, glossário, apêndice, anexos e índice.

Nessa disposição dos elementos, há predominância na apresentação da dedicatória, agradecimentos e listas (ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas) variando de trabalho para trabalho. Sendo que, mesmo sem constar do modelo em comparação apresentado por (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.92) e sustentado pela (UEPG, 2010, p.33), quase que todos trabalhos apresentam a declaração de honra, elemento no qual declaram que o trabalho nunca antes foi apresentado para obtenção de qualquer nível e que é originalmente desse autor. Esta mesma declaração, é assinada pelo autor e em algum momento por baixo vem o corpo de jurado.

Já as tabelas, que não devem ser fechadas lateralmente, nem se devem colocar traços horizontais a separar os dados numéricos (AMARAL, 1999, P.31). Mesmo tratando-se de elemento não obrigatório, a partir do momento que consta do trabalho há obrigatoriedade de seguir as normas da sua construção e identificação; notamos nos trabalhos analisados, que quase todos trabalhos (21) que apresentam tabelas, elas encontram-se fechadas e com traços horizontais, havendo casos soltos (4) que seguiram as normas.

No que tange a parte textual (introdução, desenvolvimento e conclusão), acrescentando-se a esta parte integrante as citações, todos trabalhos apresentam, e em algum momento, existem trabalhos (8) que após a conclusão apresentam as recomendações a anteceder as referências bibliográficas.

Já as citações, confundem-se directas das indirectas e ou curtas das longas. A título de exemplo, numa citação directa, em que iniciamos com apelido do autor com a primeira letra maiúscula e o ano e a página dentro de parênteses [Livele (2015, p.30)], há casos em que é posto tudo em maiúscula e dentro de parênteses seguido da informação.

As referências bibliográficas, segundo, ABNT e Amaral (1999, p.62) devem obedecer a sequência lógica: Autor. Título: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, Ano. Página ou volumes. nº da série. Pese embora em outros casos chamarem de bibliografia, estão estampados nos trabalhos, mesmo sem seguir as normas visto que outros, apresentam logo a seguir ao autor, o

ano, (ex. MANGUE, Manuel V. 2015), este que é o último no alistamento das referências bibliográficas, de forma específica para os livros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusão

Entendemos que a normalização bibliográfica deve ser sustentada pelo conhecimento teórico e prático sobre a informação e sobre os parâmetros referentes à organização/estruturação dos trabalhos de culminação de curso e/ou científicos. Organização esta que só é possível com a utilização de bons instrumentos de normalização bibliográfica uniformes para a UEM.

Percebemos, no decurso da pesquisa, que o problema não é a negligência no uso, porém deriva da não uniformização, das normas que acabaram sendo adaptadas localmente, daí a disparidade. Visto que, tal como amostra Faria (2010, p.122) “o documento é a forma como a informação é materializada; ele é o veículo que carrega a informação *registrada* e que recebe materialmente a classificação, mais não se pode furtar ao fato de que o documento só existe por causa da informação”.

Quanto às três hipóteses operacionais, a pesquisa possibilitou comprovar integralmente a primeira e a terceira e parcialmente a segunda. A primeira hipótese foi de que as normas de padronização bibliográfica na UEM, encontram-se num estágio de utilização em que apresentam várias peculiaridades na sua normalização, pois, não estão uniformizadas para todas as faculdades e escolas. Na primeira e última hipótese, verificou-se que o critério de normalização usado para elaboração dos trabalhos de final do curso, é o uso de modelo adaptado pela coordenação do curso.

Já na segunda hipótese, os instrumentos orientadores da normalização, internacionalmente aceites, mesmo sendo vários, sua adaptabilidade vai na linha dos instrumentos internacionalmente aceites.

Todavia, foi possível estabelecer uma relação entre as normas adaptadas localmente e as normas apresentadas por vários autores aqui referenciados, e adotados para comparação na concretização do presente trabalho. A pesquisa, verificou que uma saída honrosa e correcta só será possível por meio de um estudo e do conhecimento dessa realidade da uniformização dos guiões e ou regulamentos normativos internos.

Portanto, parece-nos óbvio, que havendo essa unificação dos modelos internos normativos, haja inclusão dos profissionais da normalização e da metodologia de investigação científica, como forma de garantir a observação aos critérios técnicos de elaboração dos trabalhos de fim do curso e/ou científicos. Visto que, o objectivo da normalização bibliográfica é facilitar ao investigador/pesquisador uma comodidade da padronização dos elementos que compõem o trabalho, por um lado, e esses documentos técnicos, se enquadram, à rápida e eficaz elaboração, por outro lado.

5.2 Recomendações

Visto que, as Faculdades e Escolas têm um guião de orientação de trabalho de culminação do curso, pese embora ser adaptado de forma específica e na maioria dos casos de curso para curso e não de faculdade ou escola no seu todo, elaborado interinamente recomenda-se:

- Coordenação entre a DSD, Direcção Científica, Revista Científica, Direcção do Registo Académico e Pedagógica, incluindo nestes órgãos a assistência ou assessoria dos docentes das cadeiras de Normalização Bibliográfica e Metodologia de Investigação Científica;
- A uniformização e institucionalização desses guiões existentes nas faculdades e escolas para um instrumento único; e
- A obrigatoriedade do uso dessas normas.

6. REFERÊNCIAS

- 1 AMARAL, Wanda do. Compil. Guião para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação. Maputo: Livraria Universitária-UEM, c1999.
- 2 BERTHOLINO, Maria Luzia Fernandes & SILVA, Vera Lúcia Braga da. Manual de Normalização Bibliográfica para Trabalhos Científicos. Pp10. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080>. Acesso em: 04 Agosto 2013.
- 3 CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., e SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6ª ed. Person. São Paulo. P.53-68, 2010.
- 4 CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- 5 CRESPO, Isabel Merlo & RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas Técnicas E Comunicação Científica: Enfoque No Meio Académico. Campinas, v.9, n.1, p.36-55, Jul./Dez. 2011.
- 6 CURTY, Marlene Gonçalves & BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. Belo Horizonte, v.10 n.1, p. 94-107, Jan./Jun. 2005.
- 7 FARIA, Wadson Silva. Normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil. Um estudo da influência das resoluções de CONARQ na organização dos arquivos da justiça eleitoral brasileira. Brasília – DF; 2006 – Dissertação.
- 8 FEBAB, Código de Catalogação Anglo-Americano, São Paulo, 2002.
- 9 GALVÃO, Rosa Maria & CORDEIRO, Maria Inês. Novos princípios, modelos e normas para o futuro dos serviços de informação bibliográfica. Lisboa; sd.
- 10 IPQ. Manual de Normalização 2009. CAPARICA. Portugal. 2009. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080>. Acesso em: 04 Agosto 2013.
- 11 KOBASHI, Nair Yumiko, SMIT, Johanna W. e TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A função da terminologia na construção do objecto da Ciência da Informação. S.l. sd.
- 12 KOCHÉ, José Carlos. Pesquisa Científica – critérios epistemológicos. Educ. p.27, 2005.
- 13 LEÃO, Flávia Carneiro. A Representação da Informação Arquivística Permanente: A normalização descritiva e a ISAD(G). São Paulo: p.41, 2006.

- 14 MACHADO, Campus. Manual para normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS. IFSULDEMINAS. 2011. Disponível em: <http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~biblioteca/documentos/Manual.pdf>.
- 15 MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.
- 16 MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e Dissertações. 3 ed. SP. p.51-63, 2007.
- 17 OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. & OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Descrição Arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário. Anais do III Encontro de Bases de Dados Sobre Informações Arquivísticas O Acesso aos Arquivos e as Tecnologias de Informação. 2009.
- 18 OLIVEIRA, Zita Prates de *et al.* RELATOS DE EXPERIÊNCIA O uso do campo MARC 9XX para controle bibliográfico institucional. 2004. Também disponível em <http://www.scielo.br/>.
- 19 PANDO, Daniel Abraão. Normalização Bibliográfica, Faculdades Integradas Rui Barbosa Programa de Capacitação Descentralizada – Teia Do Saber. sd.
- 20 PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo *et al.* Controle, Organização e Produção da Produção Técnico-Científica. São Paulo, p.3, 1989.
- 21 REVISTA ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.2, p.415-438, Jul./Dez., 2008.
- 22 RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H.T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A Normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147 - 156, Jul./dez.1998.
- 23 SANTOS, Gildenir Carolino. Normalização e Orientação Bibliográfica. 2005. Disponível em <http://www.google.com.br/>.
- 24 SOBRINHO, Geraldo Competti. Normalização Técnica e Acesso à Informação. Brasília. 2000. Disponível em repositorio.unb.br/bitstream/10482/5347/1. Acesso em Fevereiro de 2015. Dissertação – Universidade de Brasília.
- 25 STUCHI, Marisa Centurion. Manual Para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Catanduva. 2010.

- 26 TRINDADE, Ana Lúcia. Normalização de Trabalhos Académicos: Normalização segundo VANCOUVER actualização 2010. ULBRA. 2011.
- 27 _____. Orientações Para Normalização de Trabalhos Académicos: Normalização segundo ABNT. ULBRA. 2014. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/home_new.asp>. Acesso em: 17 Maio 2014.
- 28 UEM. Política de Investigação da Universidade Eduardo Mondlane. [Maputo]. 2007
- 29 UEPG. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. Ponta Grossa: UEPG, 2010.
- 30 _____. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 3. ed. rev. Ponta Grossa: UEPG, 2012.
- 31 VARGAS, Graziela Mônaco. Estudos Básicos Sobre Normalização: origem, conceitos e organismos reguladores. Rio Grande do Sul. 2006.

Endereços electrónicos (Website) consultados:

1. http://www.abnt.org.br/home_new.asp. Acesso em: 17 Maio 2014
<http://www.agronomia.uem.mz> , Acesso em 10 de Fevereiro de 2015
2. <http://www.ciencias.uem.mz> , Acesso em 10 de Fevereiro de 2015
3. <http://www.eca.uem.mz> , Acesso em 27 de Fevereiro de 2015.
4. <http://www.economia.uem.mz> , Acesso em 11 de Fevereiro de 2015
5. <http://www.flcs.uem.mz> , Acesso em 20 de Fevereiro de 2015
6. http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas_internacionais.htm. Acesso em: Maio e Junho, de 2014.
7. <http://www.uem.mz/index.php>. Acesso em Agosto-Dezembro de 2013.
8. <http://www.uem.mz/index.php>. Acesso em Fevereiro & Março de 2015

7. APÊNDICES

Parte I

Identificação dos Elementos

Tabela 1 – elementos do texto

Elementos/Categorias	Pré-textuais	Existe?		Observações	Textual	Existe?		Observações	Pós-textual	Existe?		Observações
		Sim	Não			Sim	Não			Sim	Não	
Capa (obrigatória)					Introdução				Referências (obrigatórias)			
Lombada (opcional)					Desenvolvimento				Glossário (opcional)			
Folha de rosto (obrigatória)					Conclusão				Apêndice(s) (opcional)			
Errata (opcional)					Citações				Anexo(s) (opcional)			
Folha de aprovação (obrigatória)									Índice(s) (opcional)			
Dedicatória (opcional)												
Agradecimento(s) (opcional)												
Epígrafe (opcional)												
Resumo na língua vernácula (obrigatório)												
Resumo na língua estrangeira (obrigatório)												

Lista de ilustrações (opcional)												
Lista de tabelas (opcional)												
Lista de abreviaturas e siglas (opcional)												
Lista de símbolos (opcional)												
Sumário (obrigatório)												

Fonte: levantamento nosso junto as referências bibliográficas

Tabela 2 – Categorias dos instrumentos/instituições

Instrumentos/normas	Categorias			
	Dispõem sobre sistemas de informação	Definem estrutura dos elementos informativos	Conteúdo dos dados	Valor dos dados
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)				
International Organization for Standardization (ISO)				
ISBD				
IFLA				
American Psychological Association (APA)				
Estilo Vancouver				

UNESCO				
Instituto Nacional de Normalização (*)				
CEDIMO (*)				
Biblioteca Nacional de Moçambique (*)				

Fonte: levantamento nosso junto as referências bibliográficas

(*) – Instituições tidas como as que deviam velar pela área de normalização bibliográfica em Moçambique em coordenação com as instituições do ensino superior no país.

Parte II
Princípios Gerais

Tabela 3 – princípios gerais elementos do texto

Elementos/Categorias	Capítulos	Obedece?		Observações	Títulos	Obedece?		Observações	Texto	Obedece?		Observações
		Sim	Não			Sim	Não			Sim	Não	
Formato												
Cor do papel												
Fonte												
Margens												
Espaçamento												
Capítulos												
Subsecções												
Paginação e numeração												

Fonte: levantamento nosso junto as referências bibliográficas